

Concurso Público da Câmara Municipal de Campo Mourão - PR

Procurador Jurídico - Campo Mourão

[← voltar](#)

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 5.



Legenda:

A PREGUIÇA É A MÃE DE TODOS OS VÍCIOS, MAS UMA MÃE É UMA MÃE E É PRECISO RESPEITÁ-LA, PRONTO!

Questão 1

Qual função da linguagem prevalece na fala do personagem?

- A) Metalinguística.
- B) Fática.
- C) Emotiva.
- D) Poética.

E)
Conativa.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 2

Qual é o movimento argumentativo desenvolvido verbalmente e graficamente em relação ao ditado "A preguiça é a mãe de todos os vícios"?

- A) Negociação entre os dois posicionamentos.

B) Contra-argumentação a favor da preguiça.

GABARITO PRELIMINAR

- C) Contra-argumentação contrária à preguiça.
- D) Ratificação do sentido expresso pelo ditado.
- E) Refutação dos malefícios da preguiça.

Questão 3

O emprego do artigo "os" junto do pronome "todos" provoca qual efeito de sentido?

- A) Generaliza os vícios referidos.
- B) Define como conhecidos os vícios.
- C) Especifica os vícios mencionados.
- D) Indefine os vícios abarcados.

E) Engloba a totalidade de vícios.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 4

Qual é a substituição CORRETA para o conectivo "e" na construção da argumentação de Calvin?

- A) No entanto.
- B) Contanto.
- C) Entretanto.



D) Portanto.

GABARITO PRELIMINAR

E) Conquanto.

Questão 5

Qual é a classificação da oração subordinada substantiva "respeitá-la"?

A) Subjetiva.

GABARITO PRELIMINAR

- B) Predicativa.
- C) Apositiva.
- D) Completiva nominal.
- E) Objetiva direta.

Legislação Municipal

Questão 6

Sob a égide da Lei Orgânica do Município de Campo Mourão - PR, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

Compete ao Município manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado do Paraná, programas de educação pré-escolar, de ensino fundamental, de ensino médio e de ensino profissionalizante.

É competência do Município de Campo Mourão, em conjunto com a União e o Estado do Paraná: zelar pela guarda da Constituição, das Leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

A Sessão Legislativa poderá ser interrompida sem a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

A) V, F, F, V.

B) F, V, V, F.

C) F, V, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

D) F, F, V, V.

E) V, F, V, F.

Questão 7

A Resolução nº 047/1990 trata do Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão - De acordo com o seu conteúdo, assinale a alternativa INCORRETA.



A) O candidato diplomado Vereador deverá apresentar à Mesa, até 31 de janeiro do ano seguinte à sua eleição, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar, legenda partidária e declaração de bens.

GABARITO PRELIMINAR

B) Enquanto não for indicado, considerar-se-á Líder o Vereador mais idoso da respectiva bancada.

C) O cargo de Presidente da Câmara Municipal é privativo de brasileiro nato.

D) A Câmara deliberará, quando convocada extraordinariamente, somente sobre a matéria objeto de convocação.

E) A Câmara Municipal compõem-se de Vereadores eleitos entre cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos, pelo sistema proporcional, mediante pleito direto, realizado simultaneamente em todo País.

Questão 8

À luz do que dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão - PR, analise os itens a seguir.

I. As Comissões Permanentes e Especiais, dentro de quinze dias de sua constituição, reunir-se-ão para eleger seu Presidente, por convocação do Presidente da Câmara.

II. A vaga em Comissão verificar-se-á em virtude de término de mandato, renúncia, falecimento ou perda do lugar ou licença.

III. Parecer é o pronunciamento da Comissão sobre matéria sujeita a exame.

IV. Relatada a matéria, o parecer será imediatamente submetido à discussão e à votação pela Comissão.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) II, III e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

B) I, III e IV, apenas.

C) I, II e III, apenas.

D) I e II, apenas.

E) I e III, apenas.

Questão 9

À luz da Lei Municipal nº 3.809/2017, que institui o Plano de Cargos da Câmara Municipal, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

A Procuradoria Geral e as Coordenadorias da Câmara Municipal estão no mesmo nível hierárquico não havendo assim subordinação entre elas e todas são subordinadas administrativamente à Mesa Executiva.

O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara Municipal, com decisões em forma de colegiado. É o conjunto de todos os Vereadores, com pleno direito de discussão e de voto.

Compete, preferencialmente, ao Presidente da Câmara Municipal prover os cargos e funções da Câmara Municipal e fixar-lhes os vencimentos, respeitadas as prescrições legais e regimentais.

As Comissões Permanentes são órgãos consultivos da Câmara Municipal, encarregadas de estudar os assuntos submetidos ao seu exame, manifestar sobre eles a sua opinião, através de pareceres escritos ou verbais, além de preparar, por iniciativa própria, ou a requerimento de Vereador, projetos de lei e resoluções pertinentes a sua especialidade.

A) F, V, V, F.

B) F, F, V, V.

C) V, V, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

D) V, F, V, F.

E) F, V, F, V.

Questão 10

Sob o regramento estabelecido pela Lei Municipal de Campo Mourão - PR nº 1.085/1997, que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos do município, das autarquias e das fundações municipais, considere as assertivas a seguir.

I. São estáveis, após 02 (dois) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

II. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa.

III. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial e especializada.

IV. Reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, mediante pagamento dos vencimentos e vantagens, durante todo o período de afastamento, corrigidos monetariamente.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) II e IV, apenas.

B) II e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

C) I, II e III, apenas.

D) I e II, apenas.

E) II, III e IV, apenas.

Conhecimentos Específicos

Questão 11

Carlos e Ana residem há seis anos, de forma contínua e sem oposição, em um terreno urbano de 200 m² localizado na periferia de Curitiba - PR. O imóvel, antes abandonado, passou a ser utilizado como moradia da família. O casal não possui outro bem imóvel, urbano ou rural. Diante dessa situação conforme o Código Civil, é CORRETO afirmar que:



A) a aquisição do imóvel exige a comprovação de posse superior a dez anos ininterruptos.

B) apenas Carlos poderá requerer o título de domínio, pois a lei confere a propriedade exclusivamente ao chefe da família.

C) o título de domínio poderá ser conferido a Carlos ou Ana, ou a ambos, independentemente do estado civil.

GABARITO PRELIMINAR

D) caso obtenha o domínio, Carlos e Ana não poderão pleitear novo usucapião urbano ou rural sobre outro imóvel futuramente.

E) o direito de usucapião urbano especial se aplica a imóveis com área superior a 300 m².

Questão 12

O município X recebeu proposta de uma incorporadora para implantar um novo loteamento em área classificada pelo plano diretor como zona de expansão urbana. Durante a análise técnica, constatou-se que parte do terreno era alagadiça e outra parte possuía declividade superior a 30%. Diante da legislação federal aplicável, é CORRETO afirmar que:

A) o parcelamento do solo em zona de expansão urbana é admitido, mas é vedado em terrenos alagadiços ou com declividade igual ou superior a 30%, salvo se atendidas as exigências das autoridades competentes.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** o parcelamento do solo é permitido em qualquer área, desde que o empreendedor se comprometa a instalar infraestrutura adequada.
- C)** o parcelamento é proibido apenas em áreas de preservação ecológica, não havendo vedação para terrenos com risco geológico.
- D)** a lei admite o parcelamento em terrenos alagadiços, desde que o projeto contemple canalização parcial do escoamento pluvial.
- E)** o parcelamento é possível em terrenos com declividade superior a 30%, sem restrições, desde que respeitada a área mínima de cada lote.

Questão 13

De acordo com o art. 6º da Lei nº 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

Antes de elaborar o projeto de loteamento, o interessado deve solicitar à Prefeitura Municipal a definição das diretrizes para o uso do solo, o traçado dos lotes, o sistema viário e as áreas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários.

O requerimento apresentado pelo interessado deve estar acompanhado apenas da matrícula do imóvel, não sendo exigida planta da gleba a ser loteada.

Entre as informações que devem constar na planta, estão as divisas da gleba, as curvas de nível (quando exigidas), e a localização de cursos d'água e construções existentes.

O projeto de loteamento deve indicar também o tipo de uso predominante a que se destina e as características das zonas de uso contíguas.

A lei permite que o projeto seja elaborado e aprovado antes da definição das diretrizes pelo Município, desde que haja posterior adequação às normas locais.



A)
V, F, V, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

B) F, V, F, V, F.

C) F, F, F, V, V.

D) F, V, V, F, V.

E) V, F, V, F, F.

Questão 14

Com base no art. 389 do Código Civil, que trata das consequências do não cumprimento das obrigações, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

O devedor que não cumpre a obrigação responde por perdas e danos, juros, atualização monetária e honorários de advogado.

A atualização monetária das dívidas depende de previsão expressa em contrato, não podendo ser aplicada de forma legal ou automática.

O índice de correção monetária, quando não houver previsão legal ou contratual, será o IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE, ou outro que o substitua.

A inclusão dos honorários de advogado na indenização devida pelo inadimplemento decorre diretamente da lei, independentemente de previsão contratual.

O inadimplemento contratual só gera o dever de indenizar se houver culpa comprovada do credor.

A) F, F, V, V, F.

B) F, V, F, V, F.

C) V, V, V, F, F.

D) V, F, V, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

E) F, F, V, F, V.

Questão 15

De acordo com o art. 497 do Código Civil, analise as assertivas a seguir sobre as hipóteses em que é vedada a compra de determinados bens, sob pena de nulidade, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

Os tutores, curadores e administradores não podem adquirir, ainda que em hasta pública, os bens que lhes tenham sido confiados à guarda ou administração.

Os servidores públicos, em geral, não podem comprar bens ou direitos da pessoa jurídica a que servem, ou que estejam sob sua administração direta ou indireta.

Os juízes, peritos e auxiliares da Justiça não podem adquirir bens ou direitos sobre os quais se litigue em tribunal, juízo ou conselho, no local onde exerçam suas funções.



Os leiloeiros e seus prepostos estão impedidos de adquirir os bens cuja venda estejam encarregados de realizar.

As proibições de compra previstas no artigo não se aplicam à cessão de crédito.

A) F, V, V, F, V.

B) V, V, V, V, V.

C) V, F, V, V, F.

D) V, F, V, F, V.

E) V, V, V, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 16

João emprestou a Pedro cem sacas de soja de primeira qualidade, comprometendo-se este a devolver igual quantidade e qualidade de soja após a colheita seguinte. Considerando o disposto no Código Civil, é CORRETO afirmar que a relação jurídica entre João e Pedro configura:

A) Um contrato de mútuo, pois há empréstimo de coisas fungíveis, devendo o mutuário restituir bens do mesmo gênero, qualidade e quantidade.

GABARITO PRELIMINAR

B) Um contrato de depósito, uma vez que o mutuário deve apenas guardar e conservar os bens recebidos.

- C) Um contrato de locação, em razão da transferência temporária da posse direta sobre o bem.
- D) Um contrato de doação, já que a devolução é facultativa e depende da vontade do mutuário.
- E) Um contrato de comodato, pois se trata de empréstimo gratuito de bens móveis.

Questão 17

Carlos celebrou contrato com Júlia comprometendo-se a entregar ou um notebook novo ou uma bicicleta de igual valor. O contrato não estabeleceu quem seria responsável pela escolha da prestação a ser cumprida. Considerando o disposto no Código Civil sobre as obrigações alternativas, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A escolha da prestação cabe ao credor.
- B) A escolha deve ser feita de comum acordo entre as partes, independentemente do que dispuser o contrato.
- C) O juiz determinará qual das prestações deve ser executada, caso não haja previsão expressa.

D) A escolha da prestação cabe ao devedor, salvo estipulação diversa no contrato.

GABARITO PRELIMINAR

- E) O credor pode exigir que o devedor cumpra metade de cada uma das prestações, para evitar desequilíbrio contratual.

Questão 18

Em contrato de fornecimento, Luana comprometeu-se a entregar a Henrique 100 sacas de arroz ou 100 sacas de feijão. No vencimento, Luana propôs entregar 50 sacas de arroz e 50 sacas de feijão, alegando que ambos os bens são divisíveis e possuem valor semelhante.



Conforme o § 1º do art. 252 do Código Civil, é CORRETO afirmar que:

- A) o credor é obrigado a aceitar o cumprimento parcial em bens diferentes, se não houver prejuízo econômico.
- B) a divisibilidade dos bens permite o fracionamento das prestações, desde que haja boa-fé na execução do contrato.
- C) o devedor pode entregar parte de cada bem, desde que ambos sejam divisíveis e de igual valor.

D) o devedor não pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra, ainda que os bens sejam divisíveis.

GABARITO PRELIMINAR

- E) o devedor pode substituir parcialmente uma prestação pela outra.

Questão 19

De acordo com o art. 4º da Lei nº 11.079/2004, que estabelece normas gerais para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas (PPPs), julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

A eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos públicos é uma das diretrizes que devem orientar as contratações de PPPs.

As funções de regulação e de exercício do poder de polícia podem ser delegadas ao parceiro privado, desde que haja previsão contratual e controle posterior do Estado.

A transparência dos procedimentos e das decisões é princípio que deve ser observado durante todas as fases da parceria.

As parcerias público-privadas devem assegurar repartição objetiva de riscos entre o parceiro público e o privado.

A sustentabilidade financeira e as vantagens socioeconômicas dos projetos são diretrizes que devem ser observadas na celebração das parcerias.

A) V, F, V, V, V.

GABARITO PRELIMINAR

B) F, F, V, V, F.

C) F, V, V, F, V.

D) V, F, V, F, V.

E) V, V, F, V, F.

Questão 20

De acordo com o art. 2º, § 2º, da Lei nº 11.079/2004, assinale a alternativa que melhor define o que é concessão administrativa no âmbito das parcerias público-privadas.

A) É o contrato de fornecimento de bens e serviços, com vigência máxima de cinco anos, sem possibilidade de prorrogação.

B) É o contrato de concessão em que o parceiro privado presta serviço público diretamente aos usuários, mediante cobrança de tarifa.

C) É o contrato de prestação de serviços em que a Administração Pública é usuária direta ou indireta, podendo incluir a execução de obra ou o fornecimento e instalação de bens.

GABARITO PRELIMINAR

D) É o contrato celebrado entre a Administração Pública e o parceiro privado exclusivamente para construção de obra pública, sem envolvimento de prestação de serviços.

E) É o contrato de concessão comum regido pela Lei nº 8.987/1995, em que não há contraprestação pecuniária do poder público.

Questão 21

De acordo com o art. 4º da Lei nº 9.099/1995, que trata da competência territorial dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa CORRETA.

A) O foro competente será sempre o do lugar onde a obrigação foi assumida, ainda que deva ser satisfeita em outro local.

B) Nas ações que envolvam reparação de dano moral, a competência é necessariamente do foro do fato, vedada a escolha pelo autor.

C) É competente apenas o Juizado do domicílio do autor, independentemente do local onde o réu exerça suas atividades.

D) Nas ações de reparação de dano, a competência é exclusivamente do foro do domicílio do réu.

E)

O autor pode optar pelo foro do domicílio do réu ou pelo local em que este exerça atividade profissional, econômica ou mantenha estabelecimento.

GABARITO PRELIMINAR**Questão 22**

Conforme o art. 41 da Constituição Federal, sobre a estabilidade do servidor público, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O servidor público estável somente poderá ser demitido mediante processo administrativo, sendo vedada a perda do cargo por decisão judicial.
- B) A Constituição Federal proíbe expressamente a perda do cargo por avaliação de desempenho, assegurando estabilidade absoluta.

C)

O servidor nomeado para cargo efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício.

GABARITO PRELIMINAR

- D) O servidor público adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício, desde que avaliado positivamente em estágio probatório.
- E) O servidor público estável poderá perder o cargo a qualquer tempo, por decisão fundamentada da autoridade hierarquicamente superior.

Questão 23

Analise as assertivas a seguir, referentes aos princípios que orientam as relações internacionais da República Federativa do Brasil, conforme o art. 4º da Constituição Federal.



- I. O Brasil pauta suas relações internacionais pela prevalência dos direitos humanos e pela defesa da paz.**
- II. A independência nacional e a não-intervenção são princípios constitucionais que orientam a política externa brasileira.**
- III. O repúdio ao terrorismo e ao racismo, bem como a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, integram os fundamentos da política externa do país.**
- IV. A concessão de asilo político é vedada, uma vez que pode contrariar o princípio da soberania nacional.**
- V. A autodeterminação dos povos e a igualdade entre os Estados são princípios expressamente previstos no texto constitucional.**

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I e IV, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.

D)

I, II, III e V, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

E) II e IV, apenas.

Questão 24

De acordo com o art. 5º, inciso XXXVIII, da Constituição Federal, é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, sendo assegurados os seguintes princípios:

- A) plenitude de defesa, soberania dos veredictos, julgamento colegiado e competência para crimes dolosos e culposos contra a vida.
- B) sigilo das votações, soberania dos veredictos, competência para crimes culposos contra a vida e ampla defesa.
- C) ampla defesa, publicidade das votações, duplo grau de jurisdição e competência para crimes contra a administração pública.
- D) sigilo das votações, ampla defesa, revisão obrigatória das decisões e competência para crimes dolosos contra o patrimônio.

E) plenitude de defesa, sigilo das votações, soberania dos veredictos e competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 25

Analise as assertivas a seguir sobre o mandado de segurança coletivo, conforme o art. 5º, inciso LXX, da Constituição Federal:

I. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.



II. Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano podem impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

III. O Ministério Público e a Defensoria Pública são os únicos legitimados a impetrar mandado de segurança coletivo em defesa de direitos coletivos.

IV. Qualquer cidadão pode impetrar mandado de segurança coletivo em defesa de interesses difusos, desde que representado por advogado.

V. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado pelo Tribunal de Contas da União em defesa dos interesses de servidores públicos federais.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) III e V, apenas.
- B) III, IV e V, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

E) I e II, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 26

Analise as assertivas a seguir sobre a organização do Ministério Público, conforme o art. 128 da Constituição Federal.

I. O Ministério Público da União é composto pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério Público Militar e pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

II. O Ministério Público dos Estados integra o Ministério Público da União, sob a coordenação do Procurador-Geral da República.

III. O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

IV. O Ministério Público do Trabalho atua perante a Justiça do Trabalho, com atribuições ligadas à defesa dos direitos coletivos trabalhistas.

V. O Ministério Público Militar atua junto à Justiça Militar da União.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) II e IV, apenas.

B) I e V, apenas.

C) I, III, IV e V, apenas.

D) I e II, apenas.

E) I, II e V, apenas.

Questão 27

Analise as assertivas a seguir sobre os membros do Ministério Público que atuam junto aos Tribunais de Contas, conforme o art. 130 da Constituição Federal.

I. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as mesmas regras constitucionais relativas a direitos, vedações e forma de investidura previstas para os demais membros do Ministério Público.

II. O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas não integra o Ministério Público comum, mas seus membros gozam das mesmas garantias funcionais.

III. Os membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas podem exercer advocacia privada, desde que fora do horário de expediente.

IV. As vedações aplicáveis aos membros do Ministério Público da União e dos Estados não alcançam os que atuam nos Tribunais de Contas, em razão de sua natureza auxiliar.

V. A Constituição assegura aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas os mesmos direitos e garantias institucionais previstos aos demais ramos do Ministério Público.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I e II, apenas.

B) I, II e V, apenas.

GABARITO PRELIMINAR



C) II, III e IV, apenas.

D) I e III, apenas.

E) I e IV, apenas.

Questão 28

Analise as assertivas a seguir, referentes aos princípios que orientam a ordem econômica no Brasil, conforme o art. 170 da Constituição Federal.

I. A ordem econômica brasileira tem como fundamentos a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa, visando a assegurar a todos uma existência digna conforme os ditames da justiça social.

II. Entre os princípios da ordem econômica estão a soberania nacional, a propriedade privada e a função social da propriedade.

III. A defesa do meio ambiente integra os princípios constitucionais da ordem econômica, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços.

IV. O parágrafo único do art. 170 assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, inclusive quando se tratar de atividades vedadas por lei.

V. A Constituição Federal prevê o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no país.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) III e IV, apenas.

B) II, III e IV, apenas.

C) I, II, III e V, apenas.

D) III e V, apenas.

E) I, III e IV, apenas.



GABARITO PRELIMINAR

Questão 29

Analise as assertivas a seguir sobre os poderes, deveres e funções do juiz conforme o art. 139 do Código de Processo Civil.

I. Compete ao juiz assegurar às partes igualdade de tratamento e velar pela duração razoável do processo, evitando dilações indevidas.

II. O juiz pode determinar medidas coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias, inclusive em ações de natureza pecuniária, para garantir o cumprimento de suas ordens.

III. O magistrado tem o dever de estimular a autocomposição, podendo fazê-lo a qualquer tempo, preferencialmente com o auxílio de conciliadores e mediadores judiciais.

IV. É vedado ao juiz alterar a ordem de produção das provas ou dilatar prazos processuais, pois tais atos ferem o princípio da legalidade.

V. Quando identificar diversas demandas individuais repetitivas, o juiz deve oficiar o Ministério Público, a Defensoria Pública e outros legitimados, para eventual propositura de ação coletiva.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I e V, apenas.

B)
I, II, III e V, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

C) II, III e IV, apenas.

D) I e IV, apenas.

E) I, II e IV, apenas.

Questão 30

João, residente em Curitiba - PR, ajuizou ação de cobrança contra Carlos, que possui dois domicílios: um em Londrina - PR e outro em Florianópolis - SC.

Considerando a regra geral de competência territorial prevista no art. 46 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

A)
João poderá escolher entre o foro de Londrina ou de Florianópolis para ajuizar a ação, já que o réu possui mais de um domicílio.

GABARITO PRELIMINAR

B) João deverá propor a ação exclusivamente no foro de Curitiba, onde reside.

C) A ação só poderá ser proposta no foro de Florianópolis, uma vez que o réu também possui domicílio fora do Estado do autor.

D) A ação deverá ser proposta obrigatoriamente no foro de Londrina, por ser o domicílio situado no mesmo Estado do autor.

E) A competência territorial será do foro da Capital Federal, por envolver partes domiciliadas em unidades da federação distintas.



Questão 31

Durante a celebração de um contrato administrativo entre a Fundação Pública Estadual Alfa e a empresa Beta Ltda., as partes incluíram uma cláusula elegendo o foro da Comarca de São Paulo - SP para dirimir eventuais controvérsias.

Posteriormente, a Fundação ajuizou uma ação de cobrança na Vara da Fazenda Pública de Curitiba - PR, foro de sua sede, e a empresa contestou, alegando a existência da cláusula de eleição de foro contratual.

Considerando o disposto no art. 62 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

A) A eleição de foro é facultativa, cabendo ao juiz decidir se acolhe ou não o pedido de remessa, de acordo com a conveniência processual.

B)
A cláusula de eleição de foro é nula, pois a competência envolvendo fundação pública estadual é determinada em razão da pessoa, sendo inderrogável por convenção das partes.

GABARITO PRELIMINAR

C) A cláusula de eleição de foro é válida, e o processo deve ser remetido ao foro de São Paulo, conforme convenção entre as partes.

- D) A cláusula de eleição de foro é válida apenas se houver autorização expressa da Procuradoria-Geral do Estado.
- E) O foro eleito pelas partes prevalece sobre qualquer outro, independentemente da natureza das partes envolvidas.

Questão 32

Ao ser nomeado para o cargo de Diretor de Departamento em uma autarquia estadual, Eduardo foi informado de que deveria cumprir determinadas exigências antes de tomar posse. Dentre elas, constava a apresentação de sua declaração de imposto de renda e de proventos de qualquer natureza.

Considerando o disposto no art. 13 da Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A posse e o exercício do agente público ficam condicionados à apresentação da declaração de imposto de renda e proventos, que será arquivada no serviço de pessoal competente. **GABARITO PRELIMINAR**
- B) A apresentação da declaração é facultativa, sendo substituível por declaração escrita do próprio servidor, sem necessidade de comprovação documental.
- C) A apresentação da declaração é exigida apenas após o primeiro ano de exercício no cargo, para fins de controle interno.
- D) A obrigação de apresentar a declaração de bens e rendas aplica-se apenas a servidores com função de direção, chefia ou assessoramento.
- E) A exigência é ilegal, pois a Administração não pode solicitar documentos de natureza tributária, sob pena de violar o sigilo fiscal.

Questão 33

A empresa Alfa Serviços Ltda. prestou consultoria para a empresa Beta Comércio S.A., emitindo relatórios e notas fiscais devidamente assinadas pelo representante da contratante, mas sem emissão de título executivo extrajudicial.

Diante da ausência de pagamento, a empresa Alfa pretende ajuizar ação para cobrança do valor devido, utilizando as notas e o contrato assinado como base documental.

Com fundamento no art. 700 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A empresa Alfa poderá propor ação monitória, pois possui prova escrita sem eficácia de título executivo, que comprova o direito de exigir o pagamento. **GABARITO PRELIMINAR**
- B) A ação cabível é de cobrança comum, já que o CPC não admite ação monitória fundada em documento particular.
- C) A ação monitória somente é cabível quando se busca obrigação de fazer ou não fazer, não sendo admitida para exigir pagamento em dinheiro.
- D) O contrato e as notas fiscais não constituem prova escrita hábil para embasar a ação monitória, por não possuírem assinatura de testemunhas.
- E) A empresa Alfa deverá propor ação de execução, pois a nota fiscal constitui título executivo extrajudicial.

Questão 34

A empresa Delta Ltda. ajuizou ação de cobrança contra Eduardo, que havia firmado contrato de prestação de serviços e não realizou o pagamento devido. O juiz, ainda que incompetente territorialmente, determinou a citação do réu, que foi efetivamente citada em 15 de abril de 2024.

A ação havia sido proposta em 10 de março de 2024, e a prescrição para o direito em questão se consumaria em 20 de março de 2024.

Com base no disposto no art. 240 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A prescrição foi interrompida na data da citação, por se tratar de ato essencial para formação da relação processual.
- B) A interrupção da prescrição só ocorrerá se o autor comprovar a mora do devedor antes da citação.
- C) A interrupção da prescrição depende do trânsito em julgado da decisão que reconhece a validade da citação.

D)

A prescrição foi interrompida retroativamente à data da propositura da ação, ainda que a citação tenha sido ordenada por juízo incompetente.

GABARITO PRELIMINAR

- E) A prescrição foi consumada, pois a citação foi ordenada por juízo incompetente e, portanto, não produz efeitos jurídicos.

Questão 35

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná verificou a existência de diversas ações envolvendo servidores públicos que questionavam o mesmo ponto jurídico acerca do cálculo de adicional por tempo de serviço, gerando decisões divergentes entre as Câmaras Cíveis.

Diante dessa situação, cogitou-se a instauração de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).



Com base no art. 976 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O incidente só pode ser instaurado se as partes envolvidas em todos os processos manifestarem expressa concordância.
- B) A instauração do IRDR exige apenas a repetição de processos sobre o mesmo tema, independentemente de risco à segurança jurídica.
- C) O IRDR pode ser instaurado em qualquer hipótese de multiplicidade de ações, ainda que envolvam questões de fato diferentes.
- D) O IRDR é cabível apenas no Superior Tribunal de Justiça, mediante provocação do Ministério Público.

E)

O incidente é cabível quando houver efetiva repetição de processos com controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, e houver risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 36

Durante o julgamento de uma ação ordinária, um juiz de primeiro grau deixou de aplicar entendimento firmado em acórdão proferido em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), instaurado pelo Tribunal de Justiça do mesmo Estado.

O autor, inconformado, pretende garantir o cumprimento da decisão uniformizadora.

Com base no art. 988 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** Cabe reclamação para o tribunal competente, a fim de garantir a observância do acórdão proferido em julgamento de IRDR. **GABARITO PRELIMINAR**
- B)** Cabe recurso ordinário, pois a decisão de primeiro grau viola entendimento de tribunal local.
- C)** A reclamação somente é cabível para preservar a competência do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
- D)** A reclamação é cabível apenas para garantir a autoridade de súmula vinculante do STF, não alcançando decisões proferidas em IRDR.
- E)** A reclamação deve ser proposta ao juízo de primeiro grau, que poderá reconsiderar sua decisão.

Questão 37

O Município de Vale Verde deixou de instituir e arrecadar o Imposto sobre Serviços (ISS), sob o argumento de que a cobrança seria economicamente inviável e politicamente impopular.

Apesar disso, o Município solicitou ao Estado repasse de recursos por meio de transferência voluntária para custeio de um programa de capacitação.

De acordo com o art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** O repasse é vedado, uma vez que o Município não cumpriu requisito essencial de responsabilidade fiscal: a instituição e arrecadação dos tributos de sua competência. **GABARITO PRELIMINAR**
- B)** O repasse estadual é permitido, pois a instituição de impostos é ato discricionário do ente federativo.
- C)** O repasse é possível, pois as restrições da LRF aplicam-se apenas à União e aos Estados, não alcançando os Municípios.
- D)** O Município poderá receber a transferência voluntária desde que se comprometa a instituir o imposto em até 12 meses.
- E)** O repasse é permitido, desde que o Município comprove equilíbrio orçamentário em outras receitas próprias.

Questão 38

Ao final do exercício financeiro de 2027, verificou-se que o Poder Executivo do Estado Alfa não possuía disponibilidade de caixa suficiente para quitar Restos a Pagar processados e não processados, bem como demais obrigações financeiras.

Com base no art. 41-A da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa CORRETA quanto às consequências dessa situação.

- A)** A insuficiência de caixa gera, de imediato, a vedação à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, aplicável até a próxima apuração anual. **GABARITO PRELIMINAR**

- B)** A restrição depende de aprovação prévia do Tribunal de Contas, que decidirá sobre a aplicação das sanções.
- C)** A vedação alcança apenas as despesas de pessoal e não afeta políticas tributárias do ente.
- D)** A penalidade aplica-se apenas se a insuficiência de caixa persistir por três exercícios consecutivos.
- E)** O Poder Executivo deverá adotar medidas administrativas para recompor o caixa, mas não há qualquer vedação legal imediata.

Questão 39

Analisar as assertivas a seguir sobre as competências privativas dos tribunais, conforme o art. 96, inciso I, da Constituição Federal.

I. Compete aos tribunais eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, observando as garantias processuais das partes e as normas de processo.

II. Os tribunais têm competência para organizar suas secretarias e serviços auxiliares, bem como exercer atividade correicional sobre os juízos que lhes são vinculados.

III. A criação de novas varas judiciárias e o provimento de cargos de juiz de carreira dependem de proposta dos tribunais.

IV. Os tribunais podem prover, sem necessidade de concurso público, todos os cargos necessários à administração da Justiça, inclusive os cargos efetivos de servidores.

V. Conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros, juízes e servidores que lhes sejam vinculados é competência privativa dos tribunais.

Está CORRETO o que se afirma em:



A) I, III e IV, apenas.

B) I, II, III e V, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

C) II, III e IV, apenas.

D) II e IV, apenas.

E) I, II e IV, apenas.

Questão 40

Analisar as assertivas a seguir sobre os tributos que podem ser instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, conforme o art. 145 da Constituição Federal.

I. A Constituição autoriza os entes federativos a instituírem impostos, taxas e contribuições de melhoria.

II. As taxas podem ser cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis.

III. A contribuição de melhoria é cobrada como forma de remuneração pelos serviços públicos prestados de forma contínua e geral.

IV. As taxas não podem ter base de cálculo própria de impostos, pois possuem natureza contraprestacional.

V. A criação de qualquer tributo depende de lei e deve respeitar os princípios constitucionais tributários.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I, III e IV, apenas.

B) I, II e III, apenas.

C)
I, II, IV e V, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

D) III e IV, apenas.

E) II e III, apenas.

2025 © [ProSeleta](https://www.fundacaofafipa.org.br)

